

ESPECIAL
GETÚLIO VARGAS



A UNIÃO "Paraíba democrática, terra amada"

JOÃO PESSOA, DOMINGO,
23 DE AGOSTO DE 2009

1883-1954



"Saio da vida
para entrar na

história"

O suicídio de Vargas

Por Biu Ramos

Nesta segunda-feira, 24 de agosto, completam 55 anos da morte de Getúlio Vargas, o grande líder condutor da Revolução de 1930 e o maior estadista da história republicana do Brasil. A sua morte, pelas circunstâncias trágicas do suicídio, deixou a Nação atordoada, resultado do desfecho de uma crise que se instalara menos de um mês antes, em consequência da morte de um major da Aeronáutica, que acompanhava o jornalista Carlos Lacerda, que vinha movendo uma campanha feroz e sistemática contra o presidente da República.

Getúlio Vargas foi a mais poderosa liderança política do Brasil, tendo governado o país por quase vinte anos, firmando-se como a mais autêntica figura de estadista de nossa vida republicana. As profundas conquistas e transformações decorrentes do movimento revolucionário de 30 mudaram a face do país, que ingressou num ciclo de desenvolvimento e aproveitamento de suas riquezas num processo de emancipação econômica, com reflexos profundos no nosso arcabouço político.

Na visão do historiador Hélio Silva, Vargas tornou-se o símbolo de um tempo, exatamente porque refletiu, no mais longo período de dominação do poder, através de um presidente da República, as mudanças do mundo exterior e as modificações do comportamento de seu povo: políticos, militares e povo, povo mesmo.



Getúlio, o homem que fez revoluções e mudou a história do Brasil, dela despediu-se com um tiro no peito

Símbolo de um tempo

"Vargas sentira, com a extraordinária acuidade de seu gênio político, a necessidade de mudar. Já o demonstrara quando mudou, ele próprio, da posição de político acostumado à férrea disciplina castilhesa para apresentar sua candidatura a Washington Luís. Na Velha República, era uma covardia. Também mudou quando sentiu, ao desembarcar em São Paulo, em janeiro de 1930, que havia chegado a vez do povo, da participação das massas na decisão dos negócios públicos. Ainda mudou, quando o candidato, derrotado nas urnas fraudadas, aceita ser o chefe civil da revolução".

Empossado a 3 de novembro de 1930, Vargas continua a plasmar-se aos acontecimentos que parecem, todavia, plasmarem-se a ele, tão habilmente se conduz. Por isso, as fases tempestuosas do Governo Provisório, do Tenentismo, da Guerra Paulista, da Constituinte, do governo constitucional, da implantação do totalitarismo com o Estado Novo, da participação do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, constituem toda uma série de mutações que lhe possibilitaram conservar-se na crista da onda, enquanto os companheiros submergiam, cada qual a seu tempo e muitos irremediavelmente.

A ENTREVISTA FAMOSA

A Paraíba teve uma presença marcante e participação decisiva no governo revolucionário decorrente do movimento de 1930, que desaguou na ditadura do Estado Novo implantada em 1937. José Américo, que pela sua liderança foi alçado à condição de vice-rei do Nordeste, divergia em muitos pontos da política de Getúlio Vargas, sobretudo quanto à protelação na constitucionalização do país, exigência que levou os paulistas a deflagrar o movimento constitucionalista, obrigando Vargas a promulgar um arremedo de Constituição em 1934. Essa mesma Carta seria golpeada em 1937, com a instauração do chamado Estado Novo que duraria até 1945. O golpe daquele ano fora perpetrado para evitar a realização das eleições presidenciais, cujo processo já havia sido deflagrado, com as candidaturas de José Américo de Almeida, contrapondo-se ao paulista Armando Sales de Oliveira.

Conforme narra o escritor Murilo Melo Filho em seu "Testamento Político", o ano de 1945 começava com dois

acontecimentos auspiciosos para os esforços de redemocratização do país. Um foi o I Congresso de Escritores Brasileiros, realizado no dia 20 de janeiro no Teatro Municipal de São Paulo, que terminaria com uma declaração de princípios favoráveis à legalidade democrática e à eleição de um governo pelo voto livre e direto do povo.

O outro acontecimento auspicioso - lembra Murilo, foi a entrevista de José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda.

"Essa entrevista - continua o escritor norte-rio-grandense - que era destinada à publicação em cinco grandes jornais brasileiros, num desafio à censura e ao DIP, terminou sendo publicada em apenas um deles, o Correio da Manhã, em 22 de fevereiro de 1945.

Paulo Bittencourt, proprietário e diretor do Correio, estava de viagem para a Europa, mas deixou instruções com Costa Rego, redator-chefe:

- Se os outros jornais publicarem, você publica. Mas também se não publicarem, você publica do mesmo jeito.

Foi o próprio José Américo quem, mais tarde, contaria:

- Certa manhã, depois do café, peguei o jornal e lá estava eu, inteirinho, com as minhas declarações. Costa Rego, do Correio da Manhã, depois de certas providências, inclusive a de se garantir com um estoque de papel, que era controlado pelo governo, fizera a sua surpresa. Preparei-me para o pior, com o sangue-frio que não me falta nessas ocasiões. Mas Getúlio tonteou. Supôs que, com o meu atrevimento, eu tivesse atrás de mim uma força poderosa e já não confiava mais no seu séquito. O que mais o abalou foi ver Francisco Campos, o autor da Constituição polaca de 37, bandear-se para o nosso lado. Luís Vergara, que foi secretário da Presidência da República, ao entrar pela manhã no gabinete presidencial, recebeu o jornal das mãos de Getúlio, que, com fisionomia preocupada, disse-lhe:

- Já viste? Até o Campos está fraquejando.

À tarde desse mesmo dia 22, estourava outra bomba: através do O Globo, com Roberto Marinho assumindo toda a responsabilidade pela iniciativa, José Américo de Almeida concedia mais uma entrevista, exigindo a volta do Brasil à legalidade e citando pela primeira vez o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato das forças democráticas.



A UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE IMPRENSA E EDITORA

Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

BR-101 - Km 3 - CEP 58.082-010 - Distrito Industrial - João Pessoa - Paraíba. PABX: (0xx83) 3218-6500 - FAX: 3218-6510 - Redação: 3218-6511/3218-6512

www.paraiba.pb.gov.br

Superintendente
NELSON COELHO DA SILVA

Diretor de Operações
MILTON FERREIRA DA NÓBREGA

Diretor Técnico
WELLINGTON H. VASCONCELOS DE AGUIAR

Diretor Administrativo
CRISTIANO XAVIER DE LIRA MACHADO

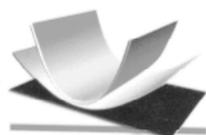
Editor Geral
JOÃO EVANGELISTA

Editor de Cadernos Especiais
WILLIAM COSTA

Editoração Eletrônica
ULISSES DEMETRIO

CONSELHO EDITORIAL

Lena Guimarães, Genésio de Sousa, Nelson Coelho, Wellington Aguiar, Cristiano Machado, Milton Nóbrega, João Evangelista, Linaldo Guedes, Marlene Alves (UEPB), João Pinto (API), Land Seixas (Sind. Jornalistas), Juarez Farias (APL), Luiz Hugo Guimarães (IHGP), Rômulo Polari (UFPB) e Thompsom Mariz (UFGC)



A primeira queda

ARTÍFICES DE CRISES

Lançada a candidatura do brigadeiro pela UDN (União Democrática Nacional), Getúlio articulou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, seu ministro da Guerra, embora manobrasse para sair o candidato, com o lançamento de um chamado movimento "queremista" - ou seja, "Queremos Getúlio". Dutra já deixara o Ministério da Guerra, sendo substituído pelo general Góes Monteiro.

"As eleições presidenciais estavam marcadas para 2 de dezembro de 1945, mas os chefes militares não acreditavam que elas se realizassem" - conforme a narrativa de Murilo Melo Filho, que acrescenta:

- O estopim foi aceso no dia 29 de outubro. A pretexto de nomear Henrique Dodsworth como embaixador do Brasil em Londres, Vargas substituiu-o na prefeitura do Distrito Federal por João Alberto, que assim deixou a chefia de Polícia, para a qual foi designado Benjamim Vargas, irmão de Getúlio.

O general Góes Monteiro não se conformou com o fato de o presidente da República tê-lo mantido à margem dessas modificações e viu nelas a confirmação dos propósitos continuistas de Vargas.

Góes Monteiro convocou os generais ao Ministério da Guerra, telefonou ao brigadeiro Eduardo Gomes e enviou o general Cordeiro de Farias ao Palácio do Catete para dizer a Getúlio que ele devia renunciar ao governo e que daria em troca todas as garantias para sua pessoa, sua família e seus amigos.

Murilo revela que Góes Monteiro confirmou-lhe mais tarde que entregou a Vargas o ultimato dos seus colegas generais para que deixasse o governo e, depois de lê-lo, apenas afirmou:

- Informe aos generais seus amigos que desejo apenas ir descansar em São Borja. Eles que fiquem aí mexendo esse mingau e esse angu, que não são baianos mas deve ter muita pimenta.

E arremata Murilo Melo Filho no seu histórico "Testamento Político".

"Quando caiu naquela primeira vez, em 1945, Vargas estava só. E, sozinho, retirou-se para o seu refúgio de estancieiro, onde, solitariamente também, hibernaria durante cinco anos, até 1950, esperando que se criassem - como se criaram - as condições para o seu retorno.

"Apoetótico, no começo. Mas trágico, no final".

Getúlio Vargas ainda se preparava para o seu retorno triunfal ao poder quando as forças terríveis da reação começaram a combatê-lo, num preâmbulo do que seria o seu governo, mergulhado em crises permanentes, alimentadas por grupos que tinham seus interesses contrariados ou temiam que as medidas que preconizava, de caráter nitidamente nacionalistas, atingissem seus objetivos patrióticos.

Desde o início de sua campanha, Vargas anunciava que voltava ao poder para governar com o povo. A longa experiência adquirida devia valer-lhe como sabedoria para lidar com os partidos. Também conhecia de perto as correntes militares a que se aliara, muitas vezes, e de que se servira em 1937 para implantar o Estado Novo. Isso já acontecera em 29 de outubro de 1945.

Sua volta caracteriza-se pelo nacionalismo populista, de que seria um dos pioneiros no continente.

Era aos trabalhadores que se dirigia, quando fez as declarações estampadas na Folha da Noite, de São Paulo, em junho de 1950: "Conheço meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que, pela segunda vez, não chegarei ao fim do meu governo. Terei de lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem, até que ponto meus nervos poderão agüentar? Uma coisa lhes digo: não poderei tolerar humilhações".

As aves agourentas começaram a crocitar ainda com Vargas candidato, antes do pleito de 3 de outubro de 1950. Carlos Lacerda lançara o seu jornal Tribuna da Imprensa em 27 de dezembro de 1949 - e desde então, coerente, mantinha a posição golpista que vinha sustentando desde a campanha ("O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedir-lo de governar", escrevera ele em junho de 1950).

Conforme assinala Hélio Silva (in História da República Brasileira, vol. 14) o pleito realizou-se. "Vargas teve, mais uma vez, uma votação consagradora de seu prestígio popular, acima dos partidos. Mas esse prestígio vinha da massa, dos trabalhadores que o seguiam desde 1930 e aos quais prometera atender, desta vez sem intermediários, porque fora escolhido diretamente. Não tinha compromissos de outra natureza. Sabia que era a última oportunidade. "Tenho 67 anos e pouco me resta de vida. Quero consa-



Getúlio Vargas
governo sob crises
permanentes



Ao longo do seu mandato inacabado ele prosseguiu denunciando as pressões e revelando a exploração da economia brasileira pelos trustes internacionais.

grar esse tempo ao serviço do povo e do Brasil. Quero, ao morrer, deixar um nome digno e respeitado. Não me interessa levar para o túmulo uma renegada memória. Procurarei, por isso, desmanchar alguns erros de minha administração e empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo eminentemente nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para conseguir. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão, ainda, arrancar-nos alguma coisa, mas com muita dificuldade. Por isso mesmo, serei combatido sem tréguas. Eles, os grupos internacionais, não me atacam de frente, porque não se arriscam a ferir os sentimentos de honra e civismo de nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização do homem assalariado, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legis-

lação sobre os lucros extraordinários. Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos inocentes. E, em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralização, dizendo atacar sórdido ambiente corrupto, que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão atingir minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar. Se não me matarem..."

Segundo o autor de "O Início da Era Vargas", a entrevista do candidato valia por uma denúncia. Completar-se-ia, quatro anos depois, com a carta-testamento. Mas as afirmativas que a entrevista continha eram um programa de governo e um compromisso bilateral. Porque comprometia, igualmente, o povo que conclamava para a sua realização. O povo acorreu ao primeiro pregão. Vargas foi eleito. Cabia-lhe cumprir a promessa.

Ao longo do seu mandato inacabado ele prosseguiu denunciando as pressões e revelando a exploração da economia brasileira pelos trustes internacionais. Como ainda agora. A luta era difícil. Os interesses feridos, como predissera, não moveram uma campanha direta. Estimularam as oposições, utilizariam ressentimentos, alimentariam o receio de mudanças sociais demasiado bruscas, capazes de afetar não só a economia dos privilegiados, mas - diziam eles - o equilíbrio financeiro e a própria segurança nacional.

A explosão do ódio

Nos primórdios da campanha para eleição presidencial de 1950, o jornalista Samuel Wainer foi destacado por Assis Chateaubriand para fazer uma reportagem sobre o trigo gaúcho. Num bimotor Cessna alugado, Wainer pediu ao piloto que se desviasse da rota e sobrevoasse a fazenda Santos Reis, onde pousou, encontrando-se com Getúlio Vargas, surpreso e só. Aproximou-se dele e confessaria depois ter ficado com pena do velho, tão largado e solitário. Passou a frequentá-lo assiduamente e dessa amizade nasceu a ideia de fundarem uma organização jornalística, que os libertasse da tutela de Assis Chateaubriand e da grande imprensa.

- Não preciso deles para ganhar uma eleição - observou Getúlio. Sou como Roosevelt.

- Mas, para perder, eles ajudam muito - lembrou Wainer.

- E tu, profeta, nunca pensaste em ter um jornal?

Wainer fundou, então, a Última Hora. Como grande jornalista e excelente profissional que era, revolucionou a imprensa brasileira com novos salários, técnicas e lay-outs.

Foi no trecho entre Lisboa e Dacar, ainda a bordo do Constellation em que regressava de Londres, onde assistira à coroação da Rainha Elizabeth II, que Assis Chateaubriand teve sua atenção atraída por uma curta notícia sobre o Brasil publicada na revista Time daquela semana, intitulada "Imprensa em Julgamento". Em menos de trinta linhas, a revista resumia um começo de incêndio que em pouco tempo iria se transformar em uma guerra de proporções nacionais contra o maior sucesso da imprensa brasileira nos últimos anos, justamente o jornal Última Hora, de Samuel Wainer. Segundo a notícia da Time, o jornal Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, descobrira que a Última Hora tinha sido montada quase que integralmente montada com dinheiro fornecido pelo Banco do Brasil, que agora ameaçava cobrar a conta.

Conforme narrativa de Fernando Moraes, em Chatô, o Rei do Brasil, a crise que merecera espaço na imprensa dos Estados Unidos começara numa madrugada dos primeiros dias de junho. Carlos Castelo Branco, que deixara o posto de chefe da seção política de O Jornal para ser editor geral da Tribuna, chegara à redação para preparar a edição do dia seguinte do jornal. Em meio a um amontoado de reportagens e artigos que tinham sido deixados de lado pelos editores, encontrou uma entrevista feita por um repórter novato, Natalício Norberto, com o ex-deputado Herófilo Azambuja, na qual este afir-



Vargas com o jornalista Samuel Wainer (acima), fundador do histórico jornal Última Hora

Assis Chateaubriand (à direita), destacou Wainer para uma entrevista; sem querer, aproximou-o de Vargas



Segundo a notícia da Time, o jornal Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, descobrira que a Última Hora tinha sido montada quase que integralmente montada com dinheiro fornecido pelo Banco do Brasil.

mava que tinha sido nomeado pelo Banco do Brasil interventor na empresa Érica, editora da Última Hora. O entrevistado contava também que o banco financiara quase tudo na montagem do jornal de Samuel Wainer, da compra do prédio e das máquinas até as aquisições regulares de papel. Azambuja revelava que fora nomeado para iniciar um processo de cobrança do débito, que até então



não tinha sido pago por Wainer.

Sem grande estardalhaço, como era seu estilo, Castelo Branco recolheu a reportagem e mandou buscar a pasta de fotos de Samuel Wainer no arquivo. Escolheu uma fotografia em que o dono de Última Hora aparecia de black-tie, sentado sobre uma mesa com um copo de uísque na mão. Chamou o diagramador, mandou abrir a foto em metade da primeira página, sentou-

se à máquina e datilografou a manchete principal: "Esbanjavam dinheiro do Banco do Brasil" No interior do jornal, mandou publicar a íntegra da entrevista feita pelo "foco" Natalício Norberto. Foi até a mesa de Aluizio Alves, diretor de redação da Tribuna, e submeteu a ele a prova da primeira página. Alves se esquivou:

- Isso é uma loucura, não pode sair.

Recorreram a Medeiros Lima, diretor do jornal, que concordou com Alves: era uma denúncia grave demais, baseada em uma reportagem de um estrepante e não deveria ser publicada. Castelo fincou pé:

- Eu só não publico se a ordem vier do Lacerda. Vamos chamá-lo à redação.

Minutos depois o dono estava no jornal. Ouviu as opiniões dos três, sentou-se, leu cuidadosamente a entrevista, viu a primeira página e jogou-a sobre uma mesa, decidido:

- Castelo, rode o jornal com a entrevista do jeito que está.

O país começava a pegar fogo.

Morte na madrugada

Para Lacerda - como deduz Fernando Moraes - Wainer e os empréstimos feitos pelo Banco do Brasil à Última Hora eram apenas o pretexto de que precisava para atingir seu verdadeiro alvo, Getúlio Vargas. A Chateaubriand importava pouco que o governo tivesse emprestado ou não dinheiro a quem quer que fosse; o que ele não podia era permitir o crescimento incontrolável de um concorrente perigoso, cujos primeiros passos eram idênticos aos que ele dera nos anos 20 e 30.

A bola-de-neve que inadvertidamente o "foca" Natalício Norberto começou a rolar iria adquirir, um ano depois, proporções absolutamente incontroláveis. Decidido a transformar a oposição a Getúlio numa questão de vida ou morte, na madrugada do dia 5 de agosto de 1954 Lacerda acabaria sendo vítima de um atentado à porta do seu apartamento à rua Toneleros, em Copacabana, quando o major da Aeronáutica, Rubens Florentino Vaz, perdeu a vida, vítima de tiros disparados por pistoleiros. Um Inquérito Policial Militar instalado na Base Aérea do Galeão (que a imprensa apelidou "República do Galeão") comprovaria que o mandante do crime tinha sido Gregório Fortunato, o chefe da guarda pessoal de Vargas. Na última semana de agosto, as Forças Armadas exigiram que Getúlio se licenciase da Presidência para que as responsabilidades pelo chamado "mar de lama" pudessem ser apuradas a salvo de pressões oficiais.

Às cinco e meia da fria madrugada de 24 de agosto, o repórter Arlindo Silva, de O Cruzeiro, chegou ao Palácio do Catete, destacado pela revista para cobrir o final da reunião ministerial que se iniciara no dia anterior e varara a noite. Era a primeira vez que o jornalista entrava no palácio presidencial, e ao chegar viu que a reunião estava terminando. Quando Lourival Fontes, chefe da Casa Civil, começou a encher o porta-malas do carro com caixas de papéis retirados de suas gavetas Arlindo Silva entendeu que Getúlio tinha optado por se submeter ao pedido de licença imposto pelos ministros militares. Com o fim da reunião todos os repórteres foram embora. Ao ver ninhos de metralhadoras e trincheiras de sacos de areia atrás das figueiras dos jardins do palácio, Arlindo Silva decidiu permanecer por ali, temendo que quando o dia clareasse o acesso à imprensa pudesse ser proibido - por segurança, o melhor era ficar de uma vez do lado de den-



O jornalista Carlos Lacerda, ferido a bala, vai ao enterro do major Rubens Vaz



O Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, cuja conquista demandou o máximo da coragem e da argúcia política de Getúlio Vargas, foi o mesmo palco onde, na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, com um disparo de revólver no peito, o maior líder populista da história do Brasil, despediu-se da vida para, segundo a famosa carta que escreveu para justificar o ato extremo, "entrar para a história"



Às cinco e meia da fria madrugada de 24 de agosto, o repórter Arlindo Silva, de O Cruzeiro, chegou ao Palácio do Catete, destacado pela revista

tro do Catete. Às seis da manhã, viu a mulher do presidente, Darcy Vargas, aparecer numa janela de óculos escuros, chorando e sendo consolada por parentes. O repórter ficou zanzando pelos jornais e pelo saguão principal do palácio sem ter o que

fazer, até que, pouco depois das oito e meia da manhã viu sair da ala residencial o Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público, Arisio Viana, em estado de desespero, procurando uma telefonista de plantão e gritando:

- Chamem o pronto-socorro, que é um ferimento grave.

Ele pedia que alguém tentasse usar os telefones oficiais (que o repórter percebeu que também não funcionavam direito) para chamar um médico e andava de um lado para outro, atônito. Arlindo Silva resolveu agir por conta própria: caminhou até um telefone da Light, nas imediações, ligou para o pronto-socorro municipal da praça Mauá e pediu uma ambulância com urgência no Palácio do Catete "para um caso de ferimento grave" - ele imaginava que algum familiar de Getúlio tivesse sofrido um acidente. Três minutos depois chegava a ambulância com a sirene ligada e estacionava diante de uma porta interna, por onde entraram um médico e dois enfermeiros. Os três tomaram o elevador privativo que levava ao segundo andar, onde o presidente dormia. Passaram-se alguns instantes e o médico desceu, transtornado, e comentou com o repórter:

- Não há mais remédio. O presidente está morto.

Getúlio Vargas tinha acabado de dar um tiro no coração. (Fernando Moraes - Chatô, o Rei do Brasil).

Getúlio Vargas tinha acabado de dar um tiro no coração. (Fernando Moraes - Chatô, o Rei do Brasil).



A morte de Getúlio Vargas repercutiu em todo o país

Antes do sol, o sangue

O paraibano José Américo de Almeida foi uma testemunha privilegiada do desfecho trágico daquela madrugada sangrenta, que culminou com o suicídio de Getúlio. Ele era ministro da Viação e Obras Públicas pela segunda vez do governo de Vargas (a primeira fora em 1932, na Revolução de 30). José Américo era governador da Paraíba e havia se reconciliado com Getúlio, com quem havia rompido no golpe de 1937, frustrando a sua candidatura à Presidência da República, que já se encontrava na rua, galvanizando a opinião pública. Ele aceitou retornar ao ministério em nome da salvação do Nordeste, que mais uma vez se debatia com uma nova seca implacável, castigando suas populações de miseráveis permanentemente vitimadas pela fome e a miséria, sempre enfrentando as maiores vicissitudes.

Nesse depoimento, escrito poucos dias depois da tragédia, José Américo narra a histórica reunião da madrugada de 24 de agosto de 1954, horas antes de Getúlio "sair da vida para entrar na História":

Despertado pelo telefone, eu mesmo fui atender, pressentindo más notícias, como triste prognóstico das crises que desabavam sobre uma situação agonizante. Era uma voz apagada que me chamava ao Catete, em nome do presidente, sem dizer de que se tratava.

Já passava de uma hora. A avenida onde morava - Nossa Senhora de Copacabana - sempre em vigília, sempre movimentada e ruidosa, parecia, nesse instante, concentrada nas preocupações, que, havia vinte dias, inquietavam a cidade.

Sai só, pensando sobressaltado no que poderia ser, conjecturando que já fosse a eclosão do movimento, de forma inopinada e violenta, sem embargo do otimismo que reinava nas rodas oficiais, quanto à segurança do governo.

(...) Já encontrei a postos dois ministros: Edgar Santos, da Educação, e Hugo Faria, do Trabalho, ambos ignorando, como eu, o motivo da convocação. O primeiro sabia apenas, por ter ouvido ao entrar, que era um movimento na Vila Militar, o que tomei no sentido de "de levante", sem fazer comentários.

Nisto, fomos chamados ao salão de despachos, onde penetramos justamente no momento em que vinha chegando do outro lado o presidente Getúlio Vargas, acompanhado dos demais ministros, menos o das Relações Exteriores, Vicente Rao, que estava em São Paulo.

Embora um pouco mais magro, o presidente estava em forma, no seu natural, sem nenhuma lividez, nem a menor alteração no semblante ou na voz que refletisse um distúrbio interior. Dir-se-ia um despacho coletivo, de rotina, sem qualquer encenação, só com a diferença que, pouco a pouco, foi sendo rodeada mesa por pessoas estranhas.

Dada a palavra, primeiro aos ministros militares, a começar pelo da Guerra, para



José Américo de Almeida era ministro da Viação e Obras Públicas pela segunda vez do governo de Vargas (a primeira fora em 1932, na Revolução de 30). José Américo era governador da Paraíba e havia se reconciliado com Getúlio, com quem havia rompido no golpe de 1937

expor a situação em seus setores em face da crise, evidenciou-se logo não haver salvação possível. O general Zenóbio da Costa confessou, sem rodeios, que um fato novo viera modificar a posição do Exército em relação ao governo: dos 80 generais que serviam no Rio, nada menos de 35 já haviam assinado um manifesto de apoio aos brigadeiros virtualmente sublevados. No seu modo de falar, cortando as frases, aos jatos, com um vigor impressionante, reconhecia a gravidade do momento, mas dispunha-se a reagir, se assim fosse decidido. Ressalvando futuras responsabilidades, advertia, com expressiva insistência: "Mas haverá derramamento de sangue, muito sangue".

Só o Exército permanecera fiel. E agora dividia-se, traduzindo a mentalidade hostil do Clube Militar, marcada por uma reunião tempestuosa. O presidente estava impassível e impassível ficou, como se nada tivesse ouvido.

O almirante Renato Guilhobel já não podia ter voz ativa, dada a linha adotada pelos seus camaradas da Marinha. Tinha um ar discreto de vencido que vinha, lealmente, confirmar a derrota. E foi positivo: "A Marinha não pensa em levantar-se nem em depor o presidente, mas já se manifestou ao lado da Aeronáutica".

O brigadeiro Epaminondas Santos, apesar de sua dedicação, não ocultou, por igual, a impotência em que se achava, em vista da unanimidade dominante em sua arma de oposição ao governo, de arcar com o compromisso de resistência e de luta.

(...) Que fazer? Baqueavam as últimas esperanças anuladas pela profundidade do movimento. Era uma situação liquidada, dependente, apenas, da ação, pronta a desencadear-se, no caso de represálias. A ruptura das forças armadas com o governo num país de povo inerme representava sua condenação irremissível.

O presidente não blaterou, não perdeu a serenidade, não teve uma palavra de reprimenda ou de estranheza. Era o seu

temperamento e, sobretudo, a disciplina dos instintos. Observei-o, lentamente, por estar à minha frente, na outra cabeceira, interessado em colher a impressão produzida por essas declarações atordoantes. E não havia a mais leve sombra de reação. Conservava o rosto imóvel, sem mostra de decepção, como se tudo corresse na medida de seus cálculos. Tinha esse privilégio de, em qualquer circunstância, manter a mesma compostura.

(...) E chegou a minha vez. Colhido de surpresa, minha reação poderia ter sido meramente instintiva; mas, já tinha a mente preparada para, se dependesse de mim, encarar com realismo o colapso iminente. Dera, antes, uns passos para ver se o presidente encontrava uma saída, sem detrimento de sua autoridade e sem risco de vida, em vez da atitude extrema ditada por seu temperamento. Fora ao Catete, numa segunda-feira, fora do meu despacho, o que era raro, sugerir-lhe a conveniência de se licenciar, dando, assim, uma prova de isenção, até que se esclarecesse o crime e fossem punidos os culpados. O que eu mais visava, entretanto, era poupá-lo aos vexames que lhe seriam impostos, quando já lhe faltava o controle do governo, de braços cruzados, diante das hostilidades que o golpeavam.

(...) A exposição dos ministros militares não deixara nenhuma dúvida sobre a insegurança do governo e diluía-se a autoridade suprema, de transigência em transigência, para atestar a imparcialidade, até o estado de anarquia. Seria bonito lutar, mas patenteava-se a inutilidade da luta. E havia o lado moral que, no momento, não ajudava a causa. Comecei dizendo que, em vista da crise insuperável que estávamos defrontando, o nosso pronunciamento não devia pairar num plano vago; tinha que ser conclusivo e terminante. Fri-sei que sem paz não haveria governo; falharia sua função essencial, porque todas as reservas destinadas a uma ação criadora seriam consumidas pelo incêndio.

Conhecia o homem que tinha à minha frente. Bater-se-ia como um leão se fosse coagido ou humilhado, mas, voluntariamente, com a cobertura moral de seus ministros, seria capaz de dar uma solução pacífica às dificuldades que nos assediavam, numa hora incerta do homem. E acabei admitindo, expressamente, a renúncia que deveria ser acompanhada de um manifesto à Nação, expondo seus motivos.

(...) Estavam as coisas nesse pé quando o governador Amaral Peixoto propôs a licença como solução conciliatória. Fui o primeiro a secundar a sugestão que suscitou ligeiro debate.

E, com a mesma aparência calma, o ar tranqüilo, a fala mansa, encerrou o presidente a reunião com estas palavras incisivas: "Como não chegaram a nenhuma conclusão, declaro que aceito a licença. Mas, se vierem depor-me, encontrarão o meu cadáver".

EPILOGO SHAKESPEARIANO

Finda a reunião formaram-se grupos, comentando os fatos com uma visível sensação de alívio. (...) Tudo havia serenado. Mas eu andava preocupado. No meu coração intranquilo acumulavam-se presságios, por esta sensibilidade, muito minha, das nuvens que se aproximam. Voltando a casa, ao clarear do dia, saturado de emoções, não consegui mais dormir. Foram chegando alguns amigos curiosos da noite trepidante. E eis quando, passadas algumas horas, um deles, aturdido, saltou, com um grito de espanto, precipitando-se para o rádio que ainda reproduzia a notícia estupefacente: "O presidente Getúlio Vargas acaba de suicidar-se".

Corri ao Catete. E por onde passava via um povo estupefato, na maior consternação, chorando o seu ídolo, o homem simples que gostava dos simples, e tinha o segredo proverbial de fazer amizades.

(...) Atingido o palácio, rompi a onda, vendo máscaras convulsivas e exclamações de desespero. O quanto pode um ser humano sofrer, sofria essa gente amargurada, numa dor sufocada ou rebentando em soluções que explodiam como urros de maldição.

Entrei no quarto. Lá estava ele estendido, muito pequeno, tombado na plenitude de suas energias, com o peito varado. Não agüentei. Saí por não agüentar.

Fora a solução shakespeariana do homem que, desamparado, despojado de seus títulos, ao despertar, no ambiente matinal que é um convite de vida nova, via fugirem todas as suas razões de ser, ao impacto das últimas impressões que lhe eram ministradas. E então só distinguuiu o vácuo que o devorou como uma atração do abismo.

Ferira-se no coração, no grande coração de amigo, que o matara. Não tendo a quem enfrentar, enfrentou a morte. Deu grandeza ao epílogo.

O "Pai dos Pobres"

Guilherme Cabral
REPÓRTER

Único político brasileiro a exercer, durante o século XX, o cargo de presidente da República do Brasil pelo mais longo tempo - foram 19 anos, dos quais 15 anos cumpridos sob um regime de ditadura e mais outros quatro anos eleito, conduzido pelo voto popular, período no qual deu demonstrações de poder e influência - a administração de Getúlio Vargas como governante da nação brasileira foi caracterizada por um estilo personalista e centralizador, mas também populista, que lhe rendeu a alcunha de "Pai dos Pobres" e foi responsável por mudar a face do país, levando-o de uma situação de perfil eminentemente agrícola para a era industrial. Além, de ter sido eleito por uma comissão formada pela revista Isto É como o segundo mais votado - com 55,3% dos sufrágios - entre os melhores brasileiros do século XX, na categoria "Líderes & Estadistas".

Getúlio Dornelles Vargas - nome completo de batismo daquele que viria a se tornar presidente da República do Brasil - nasceu no dia 19 de abril de 1883, no município fronteiriço de São Borja, no Rio Grande do Sul. Ele era filho do coronel Manuel do Nascimento Vargas - que combateu na Guerra do Paraguai, foi prefeito da cidade e apoiava a autocracia estadual de Júlio de Castilhos e do seu sucessor, Borges de Medeiros - e de Dona Cândida Dornelles Vargas.

Getúlio Vargas recebeu o ensino das primeiras letras de um mestre-escola em sua própria cidade natal, São Borja. Depois de encerrada a Guerra Civil - deflagrada no período de 1893 a 1894 - seu pai colocou-o para dar continuidade aos estudos na cidade mineira de Ouro Preto, onde já se encontravam seus dois irmãos mais velhos - chamados de Viriato e Protásio - cursando a Escola de Minas. No entanto, um incidente entre estudantes gaúchos e paulistas, que resultou na morte de um jovem de São Paulo, trouxe-os novamente ao município onde nasceram.

Com o objetivo de ingressar na Escola de Cadetes do Rio de Janeiro, pois desde menino já acaalentava e se entusiasmava com a

idéia de seguir a carreira militar, Getúlio Vargas não conseguiu realizar tal sonho. O motivo: inexistência de vaga. No entanto, no ano de 1898, assentou praça como soldado raso no 6º Batalhão de Infantaria, em São Paulo, durante um ano, no

processo de tramitação e se apresentou a sua unidade. Como o cenário que parecia dar sinais de choque militar não se configurou, pois os cadetes rebeldes receberam anistia e forma reincorporados, para participar da proteção das áreas de fronteira, Getúlio Vargas retornou à cidade de Porto Alegre, onde se matriculou na Faculdade de Direito, no mês de março de 1904. Nesse meio acadêmico, conheceu João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso. Com estes e, também, mais dois cadetes da Escola Militar - Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro - fundou o Bloco Acadêmico Castilhistas, uma organização de estudantes civis e militares cuja missão era defender e propagar o pensamento e a obra de Júlio de Castilhos, que já havia influenciado o pai de Getúlio. Já o filho Vargas se tornou secretário de Redação do jornal O Debate, dirigido por Paim e de cujo lançamento participou, no dia três de junho de 1907. Nessa época, ainda, a principal influência filosófica recebida por Getúlio Vargas foi de Augusto Comte, quando leu a obra "Cours de philosophie positive". Três anos depois - ou seja, em 1907 - ele escreveu, para a revista "Panthum", um artigo sobre Zola, no qual destacava, nesse escritor francês, os impulsos progressistas.

Diante do desligamento por opção



intuito de facilitar seu ingresso na escola militar. Passados 12 meses, conseguiu conquistar a promoção para a patente de 2º sargento.

No início do século passado - precisamente no ano de 1900 - Getúlio recebeu autorização do Ministério da Guerra para matricular-se na Escola Preparatória e de Tática na cidade gaúcha de Rio Pardo. Contudo, já no ano seguinte, ele foi desligado da instituição. Explica-se: um desentendimento surgido entre os cadetes de um dos alojamentos e o oficial-de-dia terminou com a expulsão dos alunos. No entanto, mesmo não tendo par-

participado da confusão, pois pertencia a outro alojamento, Vargas pediu para ser desligado, numa forma de prestar solidariedade aos colegas que foram punidos.

Diante dessa situação, Getúlio mandou suspender o

processo de tramitação e se apresentou a sua unidade.

Como o cenário que parecia dar sinais de choque militar não se configurou, pois os cadetes rebeldes receberam anistia e forma reincorporados, para participar da proteção das áreas de fronteira, Getúlio Vargas retornou à cidade de Porto Alegre, onde se matriculou na Faculdade de Direito, no mês de março de 1904. Nesse meio acadêmico, conheceu João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso. Com estes e, também, mais dois cadetes da Escola Militar - Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro - fundou o Bloco Acadêmico Castilhistas, uma organização de estudantes civis e militares cuja missão era defender e propagar o pensamento e a obra de Júlio de Castilhos, que já havia influenciado o pai de Getúlio. Já o filho Vargas se tornou secretário de Redação do jornal O Debate, dirigido por Paim e de cujo lançamento participou, no dia três de junho de 1907. Nessa época, ainda, a principal influência filosófica recebida por Getúlio Vargas foi de Augusto Comte, quando leu a obra "Cours de philosophie positive". Três anos depois - ou seja, em 1907 - ele escreveu, para a revista "Panthum", um artigo sobre Zola, no qual destacava, nesse escritor francês, os impulsos progressistas.

Mas ainda em 1907 - exatamente no dia 25 de dezembro - Getúlio Vargas recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, oportunidade durante a qual foi eleito como o orador da turma. Agora que estava diplomado, ele foi nomeado para o cargo de segundo promotor público no Tribunal de Justiça de Porto Alegre. Mas não demorou a regressar à cidade natal, São Borja, onde montou banca de advogado.

Mas ainda em 1907 - exatamente no dia 25 de dezembro - Getúlio Vargas recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, oportunidade durante a qual foi eleito como o orador da turma. Agora que estava diplomado, ele foi nomeado para o cargo de segundo promotor público no Tribunal de Justiça de Porto Alegre. Mas não demorou a regressar à cidade natal, São Borja, onde montou banca de advogado.

Mas ainda em 1907 - exatamente no dia 25 de dezembro - Getúlio Vargas recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, oportunidade durante a qual foi eleito como o orador da turma. Agora que estava diplomado, ele foi nomeado para o cargo de segundo promotor público no Tribunal de Justiça de Porto Alegre. Mas não demorou a regressar à cidade natal, São Borja, onde montou banca de advogado.

A iniciação política

OA iniciação política de Getúlio Vargas ocorreu em 1909. Naquele ano, ele conseguiu se eleger deputado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foi reconduzido ao cargo, em 1913, mas renunciou, em solidariedade a alguns colegas, que foram obrigados pelo presidente do Estado, Borges de Medeiros, a resignarem as suas cadeiras, por não constarem da lista original de candidatos do Partido Republicano. Então, regressou a São Borja, para retomar o exercício da advocacia.

No entanto, com a finalidade de se reconciliar com Getúlio, Borges de Medeiros ofereceu-lhe, no final de 1916, a chefia da Polícia do Estado, que foi recusada. No ano seguinte, porém, Vargas aceitou sua eleição para a Assembleia Legislativa do Estado, assim como sua designação para liderar a maioria na Casa. Foi nessa posição que ele defendeu, em outubro de 1917, a posição do Governo do Rio Grande do Sul diante da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, solidarizando-se à iniciativa. Em 1921, foi reconduzido à Assembleia.

Dois anos depois - isto é, em 1923 - quando Borges de Medeiros foi reconduzido ao cargo de presidente do Estado pela quinta vez, a oposição, chefiada por Assis Brasil, iniciou uma nova guerra civil no Estado. Contudo, apesar de ter sido nomeado tenente-coronel e encarregado de organizar o corpo provisório da cidade de São Borja, não chegou a participar dos combates, pois precisou viajar ao Rio de Janeiro, com o objetivo de ocupar a cadeira de deputado federal, cargo para o qual fora eleito no dia 28 de outubro de 1922.

Reeleito em 1924, Vargas galgou a função de exercer a liderança da bancada gaúcha na Câmara Federal. Foi nesse mesmo ano que ele pronunciou um discurso defendendo o governo contra a revolta ocorrida em São Paulo - conhecida como o segundo cinco de julho - chefiada por Isidoro Dias Lopes. No ano seguinte, integrou a comissão encarregada de estudar a reforma constitucional proposta pelo presidente da República, Artur Bernardes. Nessa ocasião, Getúlio aproveitou o momento para defender o modelo político-jurídico de Estado forte, organizado por Júlio de Castilhos, em sua terra natal, ao mesmo tempo em que fazia oposição ao ensino religioso nas escolas.

Dois anos após - ou seja, em 1926 - Getúlio também participou, entre os meses de maio a novembro, dos trabalhos da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. E, com a posse de Washington Luís na Presidência da República, em 15 de novembro, este decidiu formar o seu ministério com os presidentes das comissões permanentes daquela mesma Câmara, tendo designado Vargas como ministro da Fazenda. Nesse cargo, Getúlio procurou implementar uma política de saneamento da moeda, sob a diretriz traçada pelo novo presidente do Brasil. Mas a passagem do gaúcho pela pasta durou menos de um ano, já que foi escolhido pelo Partido Republicano do Rio Grande do Sul

como candidato ao Governo do Estado.

Como não teve concorrentes, Getúlio Vargas foi eleito ao cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul. A posse aconteceu no dia 25 de janeiro de 1928. Na ocasião da formação do seu secretariado, ele recusou a influência de Borges de Medeiros e buscou a unificação de todas as forças políticas do Estado na Frente Única do Rio Grande do Sul.

As articulações de olho na sucessão do então presidente da República, Washington Luís, começaram a partir do início de 1929. Este quis impor o nome de Júlio Prestes - um político paulista - para sucedê-lo, mas, embora detivesse o apoio de 17 governos estaduais, deparou-se com a resistência do presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, que se considerava lesado em suas pretensões.

Em meio a essas articulações, Getúlio

Vargas adotou, a princípio, uma posição de afastamento dos conchavos em torno da sucessão, conforme atestara em carta escrita no dia 10 de maio de 1929 e endereçada ao presidente Washington Luís. Contudo, pressionado por Borges de Medeiros e o líder da bancada gaúcha, na Câmara dos Deputados, João Neves da Fontoura, reconsiderou seu ponto-de-vista. Com isso, em nova carta ao presidente, explicou seu posicionamento, sem, entretanto, esquecer de deixar claro que não seria um obstáculo a uma solução diferente, desde que Washington Luís abandonasse a ideia de continuar impondo o nome de Júlio Prestes.

No mês de agosto daquele mesmo ano, a luta pela sucessão presidencial foi deflagrada. Nesse embate, três estados - Paraíba, governado por João Pessoa, Rio Grande do Sul e Minas Gerais - aliados às oposições locais das demais unidades da Federação, organizaram a Aliança Liberal, cujo manifesto foi publicado no Rio de Janeiro. No dia 20 de setembro, uma convenção proclamou os nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa como candidatos à presidência e à vice-presidência da República, respectivamente, pela Aliança Liberal, chapa essa que também foi apoiada por uma parcela numerosa do Movimento Tenentista.

Porém, no dia 1º de março de 1930, feriu-se o pleito tendo saído o resultado emanado das urnas indicando o nome de Júlio Prestes como vencedor. Diante disso, denúncias de fraudes começaram a pipocar, simultaneamente ao fato de que, nos estados em que a Aliança Liberal sagrou-se vitoriosa - principal-

mente na Paraíba e em Minas Gerais - os representantes eleitos para o Congresso não tiveram seus mandatos reconhecidos, aumentando o descontentamento. Com foco no Rio Grande do Sul, eclodiu uma conspiração na qual se associaram, além das forças políticas que haviam composto a Aliança Liberal, os 'tenentes', como Juarez Távora, Siqueira Campos, Miguel Costa e João Alberto.

Ao observar o cenário desenhado em âmbito nacional, Getúlio Vargas resolveu lançar, no dia 1º de maio, um manifesto para a Nação, através do qual fazia um apelo para que o povo se expressasse, no intuito de que se fizesse a "necessária retificação".

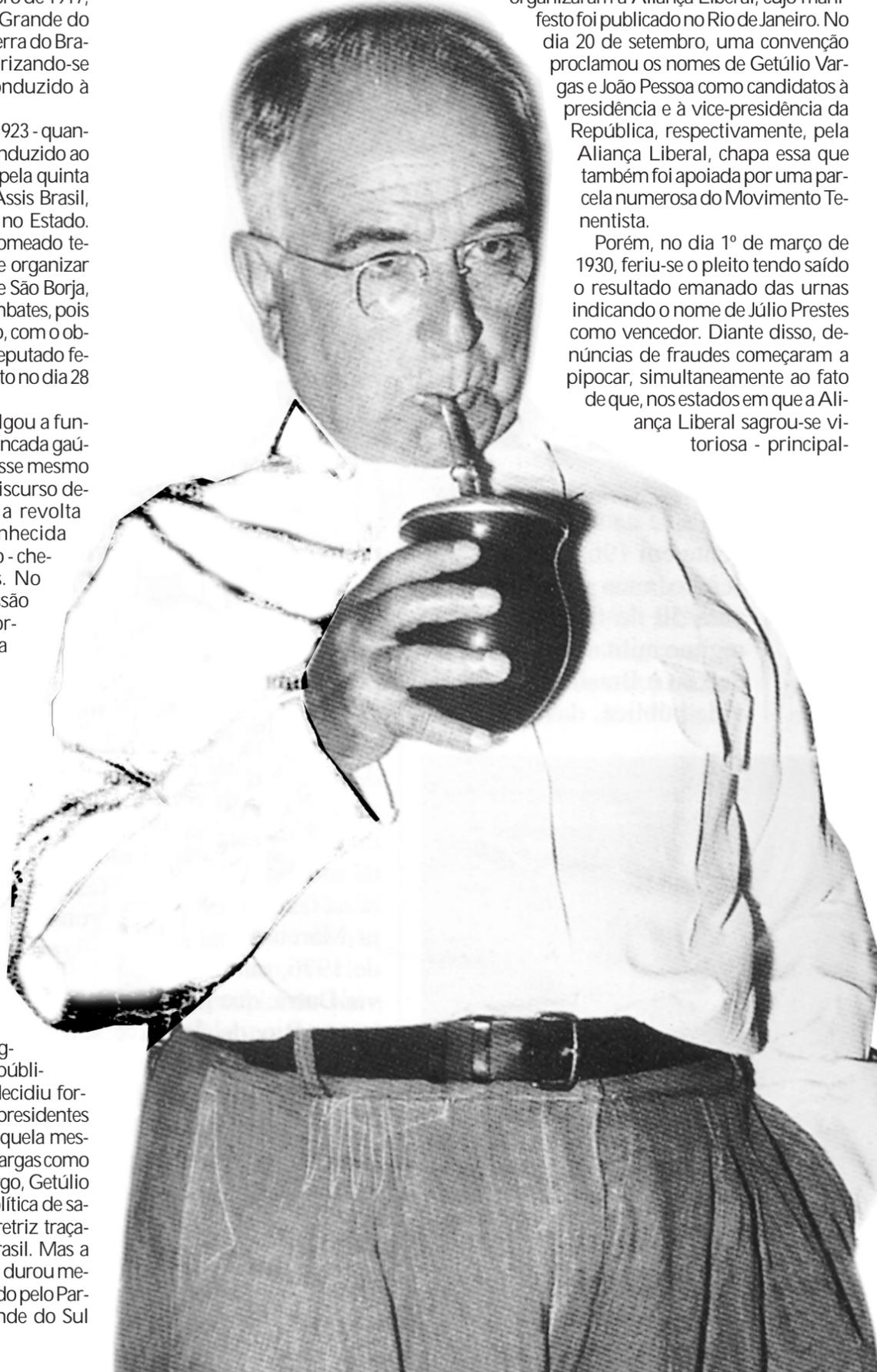
Meses depois, precisamente no dia 26 de julho, o presidente da Paraíba, João Pessoa, foi assassinado a tiros na Confeitaria Glória, no Recife, Capital de Pernambuco. Esse crime contribuiu para que se pairasse, no ar, um clima propício às articulações revolucionárias. Mas a chefia militar do movimento, embora houvesse a participação dos 'tenentes,' coube ao tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, cuja ação foi deflagrada, no dia três de outubro, no Rio Grande do Sul, e rapidamente se alastrou por outras áreas do Brasil.

No dia 10 de outubro, a bordo de um trem, Getúlio Vargas, liderando suas tropas, partiu rumo ao Rio de Janeiro. Catorze dias depois, quando estava na fronteira paranaense, defronte a Itararé - onde estavam concentradas as forças governistas dispostas a detê-lo - ele foi notificado de que os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha havia deposto o governo de Washington Luís e se tinham constituído numa Junta Governativa. Esta tentou consolidar-se no poder, procurando tratar Getúlio Vargas como o presidente de um Estado rebelado, mas um ultimato seu obrigou-a a transmitir o governo tão logo o chefe da rebelião chegasse ao Rio de Janeiro.

O ultimato não tardou a causar seu efeito. Tanto é que, no dia três de novembro ainda do ano de 1930, Vargas recebeu o poder da Junta Governativa, como chefe do governo provisório. Com o poder nas mãos, no trabalho de organização do seu novo governo, Getúlio cuidou de compor as diversas forças políticas que o sustentavam.

No entanto, no momento em que precisou faltar o poder, Getúlio ainda manteve três dos ministros designados pela Junta: os da Guerra e da Marinha e o das Relações Exteriores. A dois velhos amigos - Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor - designou para os Ministérios da Justiça e do Trabalho, respectivamente. Já para Assis Brasil, chefe da oposição gaúcha e aliado no movimento revolucionário, entregou o Ministério da Agricultura, enquanto a Francisco Campos, representando Minas Gerais, indicou o novo Ministério da Educação e Cultura e, ainda, escolheu a José Maria Whitaker, para São Paulo, o Ministério da Fazenda.

Com relação aos 'tenentes' que reivindicavam as pastas militares, Getúlio convidou Juarez Távora para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas. Távora declinou, mas indicou o paraibano - e civil - José Américo de Almeida. As interventorias nos estados foram repartidas entre os 'tenentes', que receberam a missão de quebrar o poder das oligarquias regionais.



A Revolução de 1932

No mês de julho de 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo, a qual recebeu o apoio de políticos gaúchos, a exemplo de Borges de Medeiros e muitos dos que participaram do movimento conhecido como Revolução de 1930, como Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo e Maurício Cardoso.

Mas os insurgentes foram derrotados e Borges de Medeiros foi preso e confinado em Recife. Contudo, apesar de vitorioso, Vargas teve de fazer concessões aos derrotados, das quais a maior delas foi a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte, marcadas para cinco de maio de 1933. Enquanto isso, os 'tenentes', divididos e sem um programa claro de governo, começaram a perder influência.

Realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte, as forças políticas tradicionais conseguiram uma ampla maioria. Promulgada no dia 16 de julho de 1934, a Constituição tinha um cunho eclético: ela mantinha a legislação social editada nos últimos anos e consagrava o princípio da intervenção do Estado na economia, mas também restabelecia, em grande proporção, o quadro político-jurídico anterior à Revolução. E ainda aprovou a eleição indireta do seguinte presidente pela própria Constituinte, embora se esforçasse por limitar os poderes do chefe da Nação. Com isso, Getúlio Vargas foi eleito pelo Congresso.

Porém, o período de Getúlio como presidente constitucional empossado não foi de tranquilidade, mas - pelo contrário - de permanente crise política e institucional, marcado pelo conflito entre as forças políticas tradicionais - representadas pelo Congresso - e o Poder Executivo, personificado no presidente Vargas. Somava-se a esse quadro instável a constante pressão exercida por movimentos de claro conteúdo ideológico, a exemplo da Aliança Nacional Libertadora, de caráter esquerdista, e a Ação Integralista Brasileira, de cunho direitista.

Só que, no dia 11 de julho de 1935, um decreto de Getúlio Vargas pôs a Aliança Nacional Libertadora fora da lei. Daí resultou a reação, ou seja, um levante comandado pessoalmente pelo líder comunista Luis Carlos Prestes, que começou em Natal (RN), no dia 24 de janeiro, se alastrou pelo Recife (PE), no dia seguinte, e aportou, no dia 27, no Rio de Janeiro, com a sublevação do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e da Escola de Aviação, que foi prontamente reprimida.



Depois de sucessivos estados de sítio, o presidente da República, Getúlio Vargas, instaurou formalmente, a ditadura no ano de 1937

Promulgada no dia 16 de julho de 1934, a Constituição previa a eleição direta para presidente da República em 1938. Estimulada por essa perspectiva, em 1937, despontou a candidatura do ex-interventor em São Paulo, Armando de Sales Oliveira, que contava com o apoio de Flores da Cunha. Para combatê-la, o próprio go-

verno apresentou a candidatura do paraibano José Américo de Almeida, que imprimiu a sua campanha uma conotação populista - e até mesmo de esquerda - desagradando às forças que o apoiavam. Já o terceiro postulante ao cargo era o chefe nacional dos Integralistas, Plínio Salgado.

Em meio a tal situação, Getúlio Vargas adotou uma posição considerada dúbia, pois, apesar de estimular os candidatos, aceitava a pressão dos seus colaboradores mais próximos - isto é, Osvaldo Aranha e os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro - para impor uma solução considerada 'continuista'.

O pretexto para o golpe - dado no dia 10 de novembro, com o fechamento do Congresso e revogação da Constituição de 1934, substituída por outra, elaborada por Francisco Cam-

pos - foi o denominado Plano Cohen, segundo o qual os comunistas estariam prestes a desencadear uma guerra civil. Depois de sucessivos estados de sítio, o presidente da República, Getúlio Vargas, instaurou formalmente, a ditadura no ano de 1937. No dia 10 de novembro, ele anunciou o Estado Novo - que terminaria se estendendo até 1945 - através das ondas do rádio, quando falou ser necessário abandonar "a democracia dos partidos", que ameaçava "a unidade pátria" - regime pelo qual reprimiu toda atividade política, mas também tomou medidas econômicas de tendência nacionalista, a exemplo da criação do Conselho Nacional do Petróleo e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), assim como iniciou a construção do complexo siderúrgico na cidade de Volta Redonda (RJ). Nesse período, ele ainda criou a Justiça do Trabalho e o decreto da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Além disso, com o advento do Estado Novo - que distinguiu-se do fascismo, apesar de ter se inspirado nos moldes legais corporativistas - todos os partidos políticos foram postos fora da lei, incluindo, entre eles, a Aliança Integralista Brasileira. Diante dessa medida de Vargas, os integralistas, frustrados com a iniciativa tomada pelo governo central, os integralistas prepararam um golpe, inclusive com a intenção de assassinar o presidente Getúlio Vargas e sua família. Tal parte do plano foi, realmente, tentada, com o assalto ao Palácio Guanabara, no dia 11 de maio de 1938, mas que redundou em fracasso.

Já na área da política externa, a ditadura de Vargas procurou agir para a divisão das forças, objetivando tirar o melhor proveito, tanto político como econômico. Contudo, na eclosão da 2ª Guerra Mundial, essa posição pareceu tornar-se insustentável. Depois da agressão dos japoneses a Pearl Harbour, em dezembro de 1941, e da Conferência dos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, onde foi decidido o rompimento de relações entre os países americanos e as nações do Eixo.

Getúlio optou pelo apoio aos aliados, rompendo as relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e o Japão. Em represália, os alemães torpedearam navios mercantes brasileiros, ao longo das rotas do Oceano Atlântico. Tais fatos, somados à crescente pressão interna pela participação do Brasil no conflito, levaram Vargas a declarar guerra à Alemanha, no dia 22 de agosto de 1942.

A redemocratização

O processo de redemocratização no Brasil foi acelerado a partir da participação do país na guerra, ao lado das nações democráticas. Como reflexo desse movimento, um grupo de políticos mineiros - dentre os quais Artur Bernardes, Magalhães Pinto, Odilon Braga e Pedro Aleixo - redigiu e distribuiu um manifesto contra o Estado Novo, o qual entrou para a história com o nome de "Manifesto dos Mineiros". Mas a todos foi aplicado o Artigo 177 da Constituição, significando a proscricção política.

Com o intuito de retomar a iniciativa do processo, Vargas passou a acenar, a partir de novembro de 1943, com a perspectiva de redemocratização, depois de cessado o conflito mundial. Porém, o quadro ficou cada vez mais difícil, pois, em 1944, chegaram relatórios da Itália dando conta ao governo brasileiro das críticas dos oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutavam junto ao IV Exército norte-americano.

Para engrossar o caldo, o jornal carioca Correio da Manhã publica, no dia 22 de fevereiro de 1945, numa afronta à censura, uma entrevista com José Américo de Almeida, que reivindicava eleições presidenciais sem a participação de Getúlio Vargas. Naquele mesmo mês, apenas seis dias passados, um ato adicional à Constituição de 1937 foi baixado, estipulando a fixação, dentro de 90 dias, da data das eleições. Com isso, as candidaturas se precipitaram: pelo lado oposicionista, a do brigadeiro Eduardo Gomes; e a do general Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo governo Vargas.

Nessa esteira, os partidos políticos chamados de União Democrática Nacional (UDN), agrupando os antivarguistas; o Partido Social Democrático, tendo os interventores dos estados, liderados pelo próprio Getúlio; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por auxiliares de Vargas, mas sob sua direta inspiração, cujo objetivo era aproveitar seu prestígio junto à classe trabalhadora.

No dia 22 de abril, foi decretada anistia ampla, através da qual foram colocados em liberdade centenas de presos políticos, inclusive o chefe comunista, Luis Carlos Prestes. E, finalmente, no dia 28 de maio, Getúlio marcou a data das eleições para dois de dezembro de 1945.

Porém, no princípio de agosto, surgiu um movimento promovido pelo Partido Trabalhista Brasileiro, intitulado de 'queremista', para manter Getúlio Vargas no poder, o que contrariaria o esquema anteriormente estabelecido pelo governo, com o apoio das Forças Armadas. No dia dois de setembro, encerrado o prazo de desincompatibilização, o movimento 'queremista' modificou seu lema para 'constituente com Getúlio', invertendo as regras do jogo, pois primeiro deveria ser realizada a



Após a renúncia, o ex-presidente Vargas voltou para sua cidade natal, São Borja, de onde continuou a exercer influência no processo político

eleição para a Constituinte e, depois, esta decidiria sobre o processo da sucessão presidencial.

O desencadeamento do processo de deposição de Getúlio Vargas ocorreu quando o presidente decidiu substituir o chefe de Polícia, João Alberto, por seu irmão, Benjamin, que não era bem visto por altos chefes das Forças Armadas. Então, o general Góis Monteiro ordenou a ocupação militar da cidade e enviou a Getúlio Vargas um ultimato para que renunciasse, sugestão que terminou acatando.

Com a renúncia de Vargas, o governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares. O ex-presidente voltou para sua cidade natal, São Borja, de onde continuou a exercer influência no processo político. Dias antes das eleições presidenciais, ele lançou um manifesto em apoio à candidatura do general Dutra, mas fazendo questão de deixar claro que, após o pleito, estaria "ainda ao lado do povo contra o presidente, se não fossem cumpridas as promessas do candidato".

Nas eleições de dois de dezembro, o



Com a renúncia de Vargas, o governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares

general Dutra elegeu-se presidente, mas Getúlio Vargas - embora não tenha saído da cidade de São Borja - conseguiu ser eleito, também, para senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, e deputado federal pelo Distrito Federal e mais seis estados, recebendo, no total, cerca de 1.300.000 votos (17% do eleitorado).

No mês de dezembro de 1946, Getúlio se declarou como opositor do governo, rompendo, assim, um silêncio a que se impusera. Com isso, reiniciou, de forma ostensiva, sua atividade política no Senado, onde fez defesa de sua vida pública e de sua longa permanência no go-

verno. E também participou de comícios, nos quais atribuiu o golpe que o depusera a uma manobra dos "agentes da finança internacional".

Quatro anos depois - ou seja, em 1950 - Vargas candidatou-se à Presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Progressista (PSP), sendo seu companheiro e chapa João Café Filho. No pleito, Vargas foi sufragado por 3.849.040 votos, o que correspondeu a 48,7% do eleitorado.

A oposição ainda tentou impedir a posse de Getúlio, sob alegação de que não havia obtido a maioria absoluta dos votos. Mas Vargas conseguiu, com o apoio do general Góis Monteiro, com quem se reconciliara, uma base de sustentação militar para garantir-se no poder, bem como dos generais Zenóbio da Costa e Estillac Leal. O Supremo Tribunal Federal acabou reconhecendo a vitória de Vargas, que, nesse mandato, criou, no auge de uma campanha nacionalista, a Petrobras.

Retorno e "despedida"

Empossado no dia 31 de janeiro, Getúlio Vargas - de volta ao poder - organizou um ministério no qual todas as forças políticas foram contempladas, inclusive a União Democrática Nacional (UDN), a quem o presidente denominou de "ministério da experiência". Mas ele não deixou de enfrentar, logo a partir dos primeiros dias de administração, uma campanha de oposição por parte dos seus adversários.

Nessa situação, considerada difícil, Vargas queria implementar um programa reformista, mas faltava apoio para torná-lo uma realidade. Buscou os trabalhadores, mas estes não se mostraram suficientemente organizados, por reflexo dos longos anos de política paternalista dos sindicatos, situação da qual foi um dos principais responsáveis.

Entre os meses de junho e julho de 1953, Getúlio designou João Goulart para o Ministério do Trabalho, a quem incumbiu da principal missão: estabelecimento de um contato mais estreito entre o governo e os trabalhadores. Mas essa nomeação causou profunda desconfiança nos círculos militares, políticos e empresariais, recaindo sobre Goulart toda a campanha contra o governo, a quem acusava de pretender elevar o salário mínimo em 100%.

No dia oito de fevereiro do ano seguinte, o 'Manifesto dos Coronéis', assinado por 48 coronéis e 30 tenentes-coronéis, foi entregue ao ministro da Guerra. O conteúdo desse documento tinha o profundo descontentamento que reinava, nas Forças Armadas, contra o governo. Getúlio tentou contornar a situação, substituindo o ministro da Guerra pelo general Zenóbio da Costa, além de ter demitido João Goulart. Em meados de 1954, a oposição apresentou ao Congresso, mas sem sucesso, um pedido de impeachment do presidente.

Vargas, no entanto, ao sentir que diminuía seu campo de manobras, tentou retomar a ofensiva, anunciando um aumento de 100% no salário mínimo para os trabalhadores, a quem, simultaneamente, fez um apelo radical para que se organizassem em defesa do governo. Em contrapartida, a oposição intensificou sua campanha contra Vargas, denunciando o aumento salarial como sendo inflacionário e demagógico.

Outro fato viria a servir de pressão contra o governo de Getúlio Vargas: foi na madrugada do dia cinco de agosto, quando o jornalista Carlos Lacerda sofreu um atentado na rua Toneleros, no Rio de Janeiro, e foi ferido, enquanto o major aviador Rubens Vaz, que o acompanhava, foi atingido mortalmente.



Juscelino Kubitschek foi o primeiro presidente eleito após o suicídio de Getúlio Vargas. Morreria, também, tragicamente, após sofrer pressões políticas quase idênticas às sofridas por João Goulart e Jânio Quadros

Café Filho também participa do "cerco" ao presidente

A situação se agravou quando a Aeronáutica chegou à conclusão, com base em depoimento prestado aos militares na Base do Galeão - daí a denominação de República do Galeão - que a iniciativa partiu de membros da guarda pessoal do próprio presidente Getúlio Vargas, que a dissolveu imediatamente e abriu as portas do Palácio do Catete para as investigações policiais.

Em consequência, a pressão cresceu ainda mais, tanto no Congresso como em várias instituições - a começar pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - aderiram à tese da renúncia do presidente Getúlio Vargas, assim como os militares, que, em reuniões, exigiam a imediata renúncia. Até mesmo o vice de Vargas, João Café Filho, chegou a apresentar uma fórmula da renúncia de Getúlio, pela qual ambos resignariam aos seus mandatos.

No dia 22, brigadeiros reunidos no Clube de Aeronáutica, decidiram apresentar ao presidente a exigência de renúncia imediata. Para piorar, esse movimento estendeu-se, no dia seguinte, à Marinha e ao Exército. Por causa desse pronunciamento das Forças Armadas, Getúlio reuniu seu ministério e concordou em se licenciar, até a apuração de todas as responsabilidades pelo assassinato do major Rubens Vaz. Porém, nas primeiras horas do dia 24, Vargas recebeu a notícia de que o Exército não aceitava a fórmula do afastamento temporário, tendo o próprio ministro da Guerra optado pela tese do afastamento em definitivo. Estabelecido esse impasse, Vargas decidiu suicidar-se com um tiro de revólver no coração, nas dependências do Palácio do Catete.

Apesar de sua morte, o legado político de Getúlio Vargas não deixou de continuar influenciando o Brasil. O regime de caráter populista - uma das marcas registradas do movimento getulista - prosseguiu com a eleição, em outubro de 1955, de Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart para presidente da República e vice, respectivamente, pela Coligação PSD e PTB, batendo o candidato da UDN, general Juarez Távora. O herdeiro político de Vargas, João Goulart, foi eleito vice-presidente duas vezes e assumiu a presidência em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Quanto a Juscelino Kubitschek (JK), este ficou em primeiro lugar na categoria Líderes & Estadistas entre os brasileiros do século XX, eleito por uma comissão de jurados da revista Isto É.

O rádio mostra sua força

O rádio sempre foi um veículo de comunicação instantânea e de fácil penetração. Por tais razões, Getúlio Vargas foi o presidente da República do Brasil a inaugurar este meio para a propaganda política. A análise foi feita pelo advogado, professor universitário e radialista Otinaldo Lourenço de Arruda Mello. "Getúlio usou e abusou do rádio como instrumento político desde 1930 até 1945", disse ele, salientando que o estadista ainda deu um grande impulso à radiodifusão, inclusive dando concessões aos amigos, correligionários e governos, principalmente durante as atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que também criou.

De acordo com Otinaldo Lourenço - natural da cidade de Surubim (PE), mas radicado desde a infância na Paraíba, onde começou a trabalhar em emissoras no início dos anos 1950, a partir da Rádio Arapuan AM, em João Pessoa - não apenas na época de Vargas, mas em todo o restante do mundo, o rádio já era um forte veículo de comunicação de massa, mas o então presidente brasileiro soube aproveitar as características de instantaneidade e fácil penetração do meio para seu uso político.

"O rádio era um novo meio de comunicação, tendo chegado ao Brasil em 1923, ano em que Edgard Roquete Pinto - considerado o pai do rádio brasileiro - e Henry Morize fundaram, em 20 de abril, a primeira rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, hoje com o nome de Roquete Pinto, criada para atuar sem fins comerciais. Como era o principal veículo de comunicação a atingir as massas, Vargas o utilizou politicamente, para divulgar notícias, atos administrativos, dentre outras informações", disse Otinaldo Lourenço.

Segundo Otinaldo, a partir de 1923 - início da era do rádio no Brasil - a radiodifusão foi ganhando importância no País, sobretudo depois da deflagração da Revolução de 1930. "Naquela época, a programação consistia na leitura do jornal do dia. Não havia departamentos, como hoje, com seus comentaristas. O rádio era de graça. A família se reunia para ouvir as transmissões, num comportamento como o que acontece nos dias de hoje, quando as pessoas se reúnem para assistir as novelas na televisão", contou ele.

Esse veterano radialista lembrou de uma frase de Roquete Pinto, que pode expressar muito bem a força durante os primórdios da radiodifusão no Brasil. É a seguinte: "O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não vai à escola; é o divertimento do pobre; é o animador da nova esperança; o consolador dos enfermos; o guia dos sãos".

Ele ainda lembrou que, com a Constituição de 1934, Getúlio Vargas criou o



Getúlio Vargas logo percebeu o grande poder que o rádio (que iniciava sua expansão) representava como instrumento de controle político



O professor e jornalista Otinaldo Lourenço disse que Vargas usou e abusou do rádio

Departamento de Imprensa e Propaganda - em substituição ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP) - nos moldes do governo nazista, cujo objetivo era guiar os meios de comunicação da época, para evitar divulgação de eventuais críticas ao seu governo. E, anos depois - em 1940 - Vargas, através do Decreto-Lei nº 2.073, criou as Empresas

Incorporadas ao Patrimônio da União, que, dentre outras medidas, resultou na encampação da Rádio Nacional, de propriedade do grupo A Noite, dentro das diretrizes do Estado Novo (1937-1945).

No entanto, desde 1931, o governo já vinha, com o Departamento Oficial de Publicidade - substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) - implementando uma política de controle da informação transmitida pela imprensa, incluindo aí o rádio. Em 1938, na transformação do DPDC em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), foi inaugurado o programa "Hora do Brasil".

Segundo Otinaldo Lourenço, o "Hora do Brasil" foi criado para divulgar os principais acontecimentos da vida nacional. Ele lembrou que, a partir de 1939, o programa passou a ser feito pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que substituiu o DNP, para ser um veículo com objetivos de prestar serviços de informação, cultural e cívica, mas sem deixar de informar, com detalhes, os atos do presidente da República. Já na parte cultural da programação, incentivava-se a boa música de autores célebres, privilegiando a música brasileira, pois 70% da sobras eram de compositores nacionais.

"A Hora do Brasil" era veiculada das 20h30 às 21h30. Mas, como era considerado um horário muito tarde, pois boa

parte da população, como o homem da zona rural, se deitava cedo, o programa passou a ser transmitido - em cadeia obrigatória de emissoras no País - das 19 horas às 20 horas, como ainda é hoje, agora com o nome de "A Voz do Brasil", informou Otinaldo, observando que o tema de abertura desse programa continua sendo trecho da ópera "O Guarani", de Carlos Gomes, mas agora num ritmo estilizado. O tempo da programação que ia ao ar também foi se ampliando, com o passar dos anos: no início, era das 17 horas até as 22 horas e, hoje, a transmissão é praticamente durante as 24 horas do dia.

Ele ainda lembrou que, na época da radiodifusão durante a era Vargas, quem possuía aparelho receptor pagava uma taxa, apesar de simbólica ao Governo Federal, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, órgão que também se encarregava de cuidar dos trâmites burocráticos dos processos para a liberação das concessões a quem desejava atuar nessa área.

Na opinião de Otinaldo, o uso dos Correios era uma espécie de controle sobre quem dispunha de receptores, acrescentando que, hoje, esse controle está a cargo do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), enquanto as concessões, a partir da Constituição de 1988, passaram a ser autorizadas pelo Congresso Nacional.



Vargas deu a concessão ao interventor da Paraíba, Argemiro Figueiredo, para a instalação da Rádio Tabajara

Ouvindo a Voz do Brasil

No início da era da Radiodifusão no Brasil - a partir do ano de 1923 do século XX - o rádio ainda era um meio de comunicação diferente, pois - como acontece ainda nos dias de hoje - precisa ser comprado. Por isso, segundo o radialista, professor universitário e advogado Otinaldo Lourenço de Arruda Mello, possuir um receptor, inclusive na Paraíba, na época em que Getúlio Vargas governava o país, era considerado como um sinal de status, tanto é que o aparelho - geralmente instalado em móvel de grande porte - era colocado na sala de visitas das residências.

Antes que a Paraíba passasse a ter rádios instaladas em seu próprio território, Otinaldo Lourenço lembrou que as pessoas ouviam as transmissões geradas pelas ondas da Rádio Clube de Pernambuco, em Recife, além de atrações de emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive o programa "A Hora do Brasil", que divulgava ações administrativas do governo de Vargas. Em certos casos, por causa da longa distância, a re-



Getúlio Vargas com o maestro e compositor Villa-Lobos, nos intervalos de calmaria política

cepção era afetada por ruídos, chamados de estática.

Ele informou que a Rádio Clube da Paraíba, em João Pessoa, que tinha 15

Watts de transmissor e era de iniciativa privada, principalmente dos irmãos Monteiro, foi a primeira emissora a surgir no Estado, tendo funcio-

nado de 1930 a março de 1933, quando foi fechada por causa de um incêndio. Até que, conforme lembrou, em 1937, Getúlio deu a concessão ao interventor da Paraíba, Argemiro Figueiredo, para a instalação da Rádio Tabajara, que entrou com 10 Kwts e se tornou a emissora mais importante, pois se consolidou, com o passar do tempo.

Otinaldo acrescentou que, com a popularização do rádio na Paraíba, casas de ricos e pobres passaram a ter receptores. "Havia até radiotécnicos especializados na instalação de antenas. Quando uma casa começava a ser construída, já se providenciava o local para sua instalação. A antena consistia em dois canos, colocados em cima da residência, interligados por um fio, de cujo meio descia um outro - o condutor - para o local onde estava o rádio, dentro de casa. Vizinho ao receptor, era colocada uma lata contendo areia umedecida, no qual ficava enterrado, com função de fio terra do rádio, para evitar a estática", concluiu ele.

A conquista trabalhista

O disciplinamento das relações de trabalho, em todos os seus aspectos, estendendo a legislação a todos os grupos ocupacionais urbanos; a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que passou a garantir os direitos dos empregados; a sindicalização e a instituição do salário mínimo obrigatório, com níveis diferenciados, conforme a região do país são algumas das conquistas trabalhistas implementadas pelo presidente da República, Getúlio Vargas, e que ainda hoje, de forma aprimorada, pelo passar do tempo, ainda se refletem de maneira positiva, no cotidiano dos trabalhadores. A constatação foi feita pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na Paraíba, Luiz Silva, para quem aquele estadista "é uma referência para a classe trabalhadora".

Na opinião do presidente estadual da CUT, as medidas tomadas por Vargas, principalmente na área da legislação trabalhista, "possibilitaram que houvesse um avanço para a classe trabalhadora, pois, com essas ações, ele se posicionou contra os coronéis de sua época, que eram defensores da Monarquia", disse Luiz Silva.

O líder da Central Única dos Trabalhadores lembrou que, naquela conjuntura, não existia a fixação de uma jornada de trabalho. "Os empregados ainda viviam de uma cultura da escravidão, sendo obrigados a trabalhar ao bel prazer dos coronéis, que eram latifundiários", comentou ele, salientando que, através das iniciativas de seu governo, Getúlio "quebrou" esse estado de coisas.

Luiz Silva destacou a Consolidação das Leis Trabalhistas - um código elaborado pelo então ministro do Trabalho, Marcondes Filho, que Getúlio Vargas anunciou no dia 1º de maio de 1943 - a qual assegurou os direitos da classe trabalhadora, através da qual passou-se a gozar de benefícios como a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o pagamento de férias, o repouso remunerado aos domingos, assim como a jornada de trabalho semanal de 48 horas a regulamentação das horas extras trabalhadas. Segundo ele, Vargas causou uma "revolução" no campo do trabalho.

O presidente da Cut na Paraíba ainda ressaltou outras medidas da era Vargas, como a criação da Justiça Trabalhista, a do Ministério do Trabalho e a regulamentação da organização do trabalho. Neste último caso, por exemplo, ele disse que possibilitou-se a criação de sindicatos, federações e confederações, embora com tutela direta do Estado, sob o monitoramento do Ministério do Trabalho, que, conforme lembrou, era baseada em ideia já implementada pelo então primeiro ministro da Itália, Benito Mussolini.

Dentro dessa filosofia de funcionamento da tutela do Estado na área trabalhista, Luiz Silva informou que, se de-



Os salários e as condições de trabalho, hoje, no Brasil, são muito superiores ao período anterior à chegada de Getúlio Vargas ao poder

terminada entidade sindical fosse fazer uma prestação de contas na sua própria categoria, ou promover eleição para escolher uma nova diretoria para a entidade, era preciso comunicar tais iniciativas ao Governo, através do Ministério do Trabalho.

"Com isso, abriu-se um espaço para o Estado ser mediador dos conflitos trabalhistas, já que, anteriormente, os trabalhadores não tinham nada e quem tinha o poder político fazia o que queria", disse Luiz Silva, acrescentando que, com o passar dos anos, a legislação implementada por Getúlio Vargas, na área do trabalho, foi sendo aprimorada, a exemplo da redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais e o direito de greve, para garantia de direitos. Mas ele garantiu que a Central Única dos Trabalhadores, como sempre aconteceu ao longo da história da entidade, vai continuar se mobilizando para avançar na obtenção de conquistas para a classe, em suas variadas categorias.

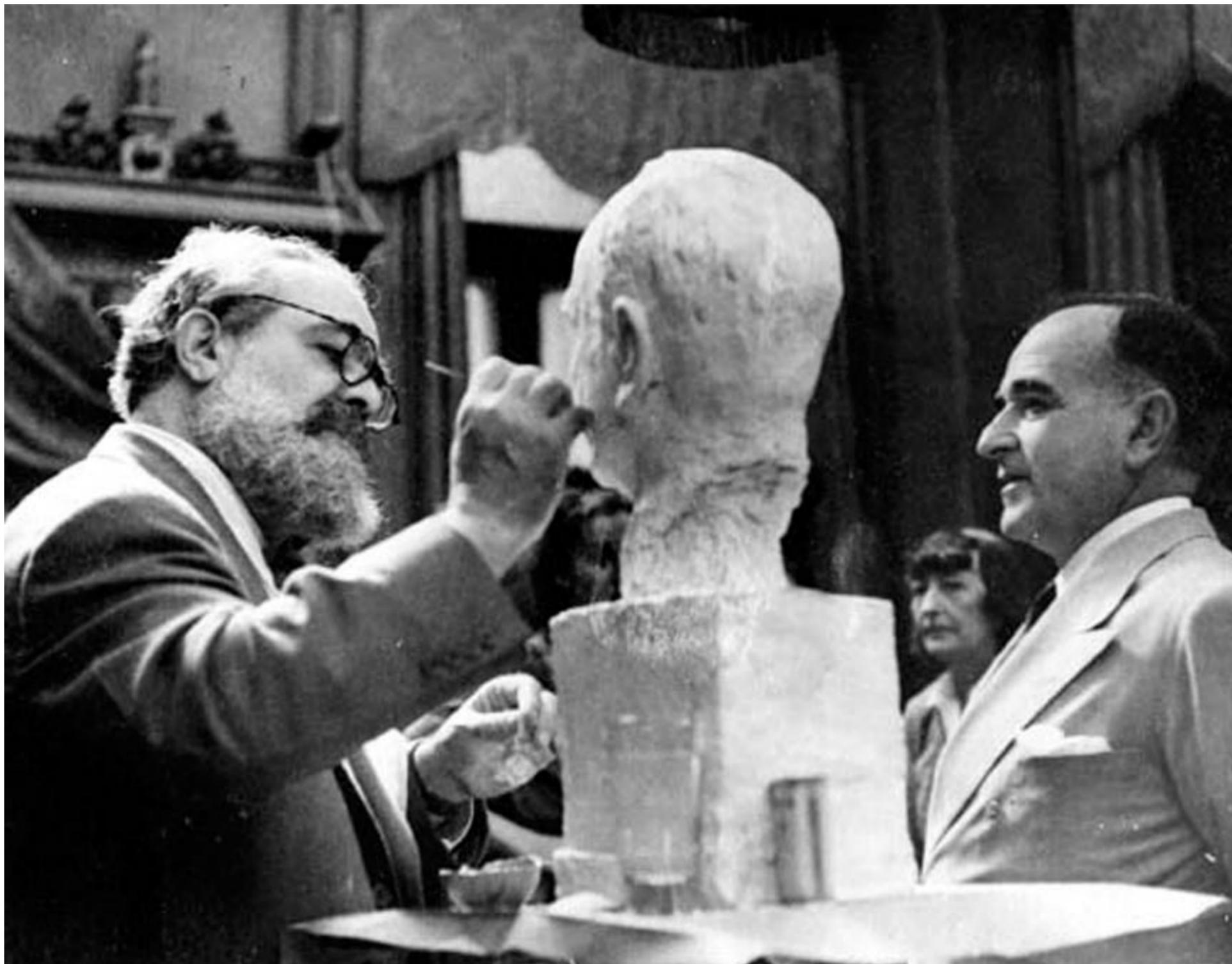
Legislação assegura até hoje direitos vitais para melhor qualidade de vida

A consolidação da legislação para garantia da proteção dos direitos dos trabalhadores. Para o chefe da Seção de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego na Paraíba, Abílio Sérgio Correia Lima, esse foi o principal avanço do Governo de Getúlio Vargas na área trabalhista. Segundo ele, dentre as conquistas, destaca-se a implantação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Uma outra iniciativa do Governo de Getúlio Vargas destacada por Abílio Correia Lima foi a organização da estrutura sindical, que também contribuiu para o fortalecimento da área trabalhista. Segundo ele, a própria existência do Ministério do Trabalho é um outro avanço, pois o órgão foi criado por Getúlio Vargas, que assinou o De-

creto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, com a denominação oficial de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o qual foi assumido, na época, por Lindolfo Leopoldo Collor. A partir de 1999, a entidade passou a ostentar a atual nomenclatura.

O chefe de Inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego informou que, com o passar do tempo, a legislação trabalhista foi se aprimorando, com a instituição de normas regulamentadoras em áreas como a saúde no trabalho, assim como a intensificação da fiscalização no combate, por exemplo, ao trabalho infantil e aos do tipo escravo e degradante, ações estas que têm sido incrementadas pela inspeção nos últimos 15 anos.



Jo Davidson esculpe o busto de Getúlio Vargas sob o olhar atento do presidente. Sem saber, participou de uma cena que simboliza o nascimento do maior mito político do Brasil

Pioneiro do nacionalismo

O historiador paraibano José Octávio de Arruda Mello afirmou que considera Getúlio Vargas um dos maiores brasileiros do século XX, alinhando-o com os também políticos Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães. Ao traçar o legado de Getúlio, quando exerceu a Presidência da República do Brasil, ele destacou que "Vargas encarnou as duas grandes bandeiras do povo brasileiro: o nacionalismo e a industrialização".

"As bandeiras de Getúlio Vargas foram históricas, não cabem mais na sociedade de hoje, que vive o fenômeno da globalização. Mas não são bandeiras para serem invalidadas, mas para nos mostrar o caráter histórico delas, de um determinado momento. Com a globalização, não pode mais se falar em estatismo, mas permanece o ideal de emanci-



Ulysses Guimarães foi um dos políticos alinhados com o legado de Getúlio Vargas

pação do povo, que hoje vai perseguir os objetivos de Getúlio, mas por outros caminhos, pela nova divisão internacional do poder", afirmou José Octávio.

De acordo com esse historiador - que na época do suicídio de Getúlio Vargas cursava o 4º ano ginasial no Liceu Paraibano, em João Pessoa, e foi participar de um ato no Ponto de Cem Réis, no Centro da cidade, para demonstrar a comoção pelo falecimento daquele estadista - "Getúlio encarnou essas bandeiras não apenas durante o seu primeiro mandato como presidente da República, de 1930 a 1945, como no segundo, de 1951 a 1954, quando, efetivamente, se tornou um dos maiores administradores de todos os tempos".

Na análise de José Octávio, "Getúlio Vargas foi derrubado porque, durante o seu segundo mandato, desenvolvia tais bandeiras nacionalistas, iniciativas estas que desagradaram e afetaram as correntes mais conservadoras da sociedade brasileira". Como exemplo, o historiador

informou que, através da bandeira do estatismo, criou órgãos como a usina de Volta Redonda, o Banco do Nordeste, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), que produziu caminhões. "Ele foi extremamente ativo e pioneiro do desenvolvimento brasileiro", disse ele, acrescentando que, por medidas como a condensação da legislação trabalhista, beneficiando e protegendo os trabalhadores urbanos, recebeu a alcunha de "Pai dos Pobres".

Autor do livro "História da Paraíba", que está na 11ª edição, José Octávio - que também é professor universitário - comentou, ainda, que Getúlio "deu muito impulso ao Estado, quando o paraibano José Américo de Almeida era ministro da Viação e Obras Públicas, no início da década de 1930".

A CARTA TESTAMENTO

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadearam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho, A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tendo lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho esse meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será mais escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia me abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Getúlio Vargas, 24 de agosto de 1954